

## ATA NÚMERO VINTE E TRÊS

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Período antes da ordem do dia;

**Ponto 2:** Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades do 1º Período;

**Ponto 3:** Definição de linhas orientadoras para o projeto de orçamento para 2017;

**Ponto 4:** Lagartas de Pinheiro em meio escolar (uma praga a exigir medidas de sensibilização preventivas e concertadas);

**Ponto 5:** Aprovação do pedido de Acumulação de férias da Diretora do Agrupamento, Dra. Cecília Oliveira.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia – Iniciou-se a reunião com a aprovação da ata número vinte e dois. A Presidente informou que fez um pedido para o conselheiro Francisco Andrade ser substituído, mas não obteve resposta e que no dia vinte e seis de janeiro não houve candidatos para a eleição do representante dos alunos neste órgão. Acrescentou ainda que, haverá eleições para a Direção e Conselho Geral e referiu que alguns documentos já foram elaborados pela Comissão Permanente e que haverá necessidade de reunir mais vezes, para continuar e ultimar os documentos para as eleições para o Conselho Geral e para a Eleição para o Diretor de Agrupamento – quadriénio 2017/2021. A este propósito, o conselheiro José Lopes leu o documento transcrito *“Como entrámos na fase final do mandato deste Conselho Geral, gostaria de manifestar a opinião de que, este Órgão de Gestão deve criar condições para um debate sobre a concretização do Projeto de Intervenção que determinou a eleição da Sr<sup>a</sup> Diretora para um mandato que também está a terminar. Recordando a síntese em que se revê a “missão cívica” do Projeto de Intervenção, que se propôs entre outros objetivos: Apostar na exigência e no rigor do funcionamento da escola; Aumentar a autonomia da escola e a responsabilização dos agentes educacionais, ou ainda, e com particular ênfase, Melhorar a qualidade do capital humano (...). Impõe-se assim analisar, que efetiva evolução positiva se deu neste campo dos recursos humanos, em*

*que se identificava, que nesta área, “seja pessoal docente ou pessoal não docente, se estiverem motivados, se encontrarem um espaço onde a sua valorização e desenvolvimento profissional sejam possíveis e se sentirem reconhecidos os seus contributos, a qualidade do serviço prestado é favorecida”. Deixo assim esta sugestão, para um mais breve possível debate, sobre a concretização do Projeto de Intervenção em que, no caso concreto dos não docentes, se propunha mesmo, na melhoria dos serviços educativos, envolver o pessoal não docente na procura de soluções para superar problemas detetados. Ou ainda a nível organizacional, em que se propunha, “Fomentar as lideranças intermédias de forma a assumirem o protagonismo e a que se propicie o cumprimento das funções inerentes a cada um dos cargos. E não menos importante, a necessidade de implementar medidas para, “Fomentar as relações interpessoais de forma a desenvolver um clima facilitador da realização pessoal dos recursos humanos (...)”. Naturalmente, como conselheiro não docente, estas são algumas das questões que gostava de ver aprofundar-se nesta fase final do nosso mandato”. Após a leitura, a Diretora informou que há falta de pessoal não docente e que a tutela não dá resposta a este problema. Acrescentou que se não fosse a Câmara Municipal de Ovar disponibilizar funcionários para o pré-escolar e do contrato de emprego e inserção (CEI), as escolas do 1.º ciclo e Jardins de Infância, provavelmente, não funcionariam. Relativamente a estes estabelecimentos, as conselheiras Margarida Cardoso e Manuela Bornes frisaram que estas escolas têm muitos problemas e sugeriram debater este assunto quando a conselheira Ana Cunha estivesse presente. A este propósito, a conselheira Margarida Cardoso afirmou que é lamentável que alguns elementos deste conselho faltem constantemente à reunião. A Presidente corrobora com a opinião desta conselheira, frisando que em reuniões anteriores esta questão já foi levantada. Para tentar resolver este assunto, propôs uma reunião para o próximo dia vinte e um de fevereiro ou, caso não seja possível, na primeira semana de março.*

Em relação ao Ponto 2: Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades do 1º Período – a Presidente referiu que se verifica um decréscimo no número de crianças que frequentam a educação pré-escolar. Seguidamente, as conselheiras Margarida Cardoso e Josefina Ventura alertaram para as páginas quatro e onze do documento. Mencionaram que na página onze, onde se lê “cinco alunos” deverá ler-se “três alunos”. A Diretora respondeu que, por vezes, não tem tempo de rever os dados apresentados pelos coordenadores de Departamento e que trabalha mais de trinta e cinco horas semanais. Relativamente a este Relatório, o conselheiro José Lopes leu o documento

transcrito “Sobre o Relatório do 1.º período é visível algum otimismo sustentado em números comparativos, que entre os vários fatores, estará inevitavelmente, não só o empenho dos alunos, mas sobretudo o esforço dos profissionais da Educação, neste caso dos professores, para a desejada recuperação dos objetivos propostos em termos do aproveitamento escolar. Há, no entanto, algumas notas que gostaria de deixar. Num Agrupamento em que há 126 alunos abrangidos pelo Regime Educativo Especial, dos quais por exemplo, 30 frequentam o 2.º ciclo, como é possível não haver um único Assistente Operacional direcionado e formado para as diferentes realidades de alunos do Ensino Especial. Porque não é assumido no Relatório este défice de meios humanos especializados, sentido por quem com cenários para os quais não tem, nem informação, nem preparação, com particular destaque para os alunos que vêm de uma Unidade de Ensino Estruturado de Autismo para um ambiente em que o desenrasque ainda é o principal recurso. Uma constatação repetidamente aqui feita, que continua a ser assumida. Uma outra nota prende-se com o Apoio ao Estudo em que, pese embora a sua importância assinalada na melhoria de resultados, tal como já aqui foi exposto na apreciação de anteriores relatórios. Urge valorizar mais os tempos destinados a tais apoios educativos aos vários níveis. Não há uma adequada informação sobre quem tem ou não estes apoios ou seja, a certos tempos, sobretudo da tarde, quem deve ou não estar na sala de aula. Flagrante também é a habitual ausência de substituição de professores nestas aulas de apoio. Juntam-se a estas dificuldades a dispersão destas aulas de apoio, pelo menos, por três pavilhões, quando as últimas aulas de apoios (algumas até às 17:30) se podiam concentrar nos pavilhões A e B, numa altura do período da tarde em que já não há assistentes operacionais suficientes para o normal funcionamento e garantia de segurança. Já agora, sobre os processos disciplinares que o Relatório enumera, pelo menos no caso do 2.º ciclo, é curioso e é uma surpresa os dados expostos, dado que não temos conhecimento de alunos com suspensão neste 1.º período letivo, a não ser dos alunos de etnia cigana, o que certamente não será o caso do Gabriel que deixou de aparecer ou do Paulo que casou. Caso contrário, 1 aluno com 1 dia de suspensão, um outro com 2 dias e um terceiro com 4 dias, não houve partilha de informação o que não sendo surpreendente, é no mínimo alguma falta de diálogo no mínimo com quem tem o papel de controlar a Portaria. Tudo ficará esclarecido se afinal estes elementos corresponderem a processos ainda por aplicar aos respetivos alunos”. Quanto à melhoria dos resultados, a conselheira Josefina Ventura frisou que tem havido melhorias, apesar de ainda não se ter atingido as Metas e

considera que estas são muito ambiciosas, causando uma certa pressão no docente. A Diretora referiu que as Metas do Ministério são muito mais elevadas e de acordo com a mesma, a ambição deverá existir, apesar de saber que não se fazem milagres. Acrescentou que apesar de serem ambiciosas, há lugar para retenções. A conselheira Ana Rodrigues salientou que, inicialmente, quando começou a trabalhar com Metas se sentiu incomodada, mas atualmente acha que são um desafio para ela própria. De seguida, a Presidente mencionou que os alunos não conseguem ir para além do que se pede, demonstrando fraco raciocínio abstrato e imaturidade. Em relação ao documento lido pelo conselheiro José Lopes, a Diretora afirmou que o Ministério da Educação não tem procedido à colocação de funcionários. Informou ainda que o Ministério não tem a carreira de assistentes operacionais especializados, por isso, não se pode contratar pessoal com requisitos que a lei não confere. Relativamente às suspensões, a Diretora declarou que a legislação antigamente dizia que a suspensão devia ser comunicada à comunidade educativa, mas atualmente este procedimento é proibido. Seguidamente, a conselheira Josefina Ventura referiu que em relação aos problemas disciplinares está tudo mais calmo na EB António Dias Simões (ADS). No que respeita ao Apoio ao Estudo, de acordo com os dados do relatório, constata-se que, na ADS, foram dadas menos aulas no Apoio ao Estudo Global do que no Apoio ao Estudo de Português, Inglês e Matemática. Para terminar a sua intervenção, a conselheira voltou a levantar a questão relativamente à grande diferença verificada nas refeições marcadas e consumidas na ADS e na Escola Secundária José Macedo Fragateiro (ESJMF). Perguntou se os métodos utilizados para o cálculo do desperdício era o mesmo para ambas as escolas dado que não entendia como na ESJMF não havia desperdício e na ADS isto não se verificava, embora este estivesse a diminuir. A Diretora respondeu que é o mesmo funcionário da secretaria que faz os registos em ambas as escolas. A este propósito, o conselheiro José Lopes referiu que há encarregados de educação que autorizam os educandos a comerem no bufete ou então dão autorização para saírem do estabelecimento. A conselheira Margarida Cardoso enalteceu o trabalho e esforço realizado pelas docentes da Biblioteca Escolar do Agrupamento. A este propósito, o conselheiro António Gonçalves salientou o trabalho desenvolvido pelo Clube Tem Caso na dinamização de atividades científicas dirigidas aos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo. Relativamente a boas práticas, a Diretora informou que os docentes de Físico-química e Biologia e Geologia nas horas da componente de estabelecimento fazem atividades com muito agrado e não têm redução horária para tal. A este propósito, a conselheira

Margarida Cardoso referiu que ainda não tinha tido oportunidade de participar com a sua turma, mas de acordo com as docentes que vieram ao Clube, as atividades desenvolvidas são interessantes e enriquecedoras. A Diretora declarou que os docentes de Educação Física também recebem alunos do 4.º ano de escolaridade, mas têm duas tardes desportivas. Salientou que se tem trabalhado muito na articulação e na proximidade das pessoas dos diferentes ciclos. Em relação às atividades do Parque Ambiental do Buçaquinho, a conselheira Manuela Bornes realçou a sua qualidade e pertinência. Ainda neste ponto, a conselheira Manuela Bornes alertou para o facto de na página quatro se ler: "O conselho pedagógico definiu, de acordo com a possibilidade que a legislação atual confere, que aos alunos do 1.º ano apenas fosse entregue uma informação descritiva nos primeiro e segundo períodos, no entanto, internamente procedeu-se à avaliação dos alunos". A conselheira disse que este texto faz pressupor que a avaliação descritiva não é uma avaliação. Disse, ainda, que a lei não confere a possibilidade de aos alunos ser entregue uma informação descritiva, porque a entrega de uma informação descritiva é mesmo obrigatória, uma vez que a lei diz que a informação resultante da avaliação sumativa pode expressar-se apenas de forma descritiva no 1º e 2º período do 1º ano. A conselheira disse ainda que, já há muitos anos, defende este procedimento e que, finalmente, ele é obrigatório.

Após a análise e discussão, o Relatório foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao Ponto 3: Definição de linhas orientadoras para o projeto de orçamento para 2017 – a Diretora informou que não poderá ultrapassar os valores financeiros do ano anterior e que as obras da ADS não entram neste orçamento. O conselheiro José Lopes interveio, lendo o documento transcrito: *“ Tendo em conta que o 1.º Ciclo beneficia dos investimentos camarários para a Educação, nomeadamente nas condições para o ambiente de sala de aula ao nível de aquecimento. E que também o 3.º Ciclo e o Secundário beneficia das condições que foram proporcionadas pela Parque Escolar com a requalificação da Escola Secundária. Propõe-se que ao 2.º Ciclo (EB António Dias Simões), seja contemplado adequado investimento, que contribua decididamente para melhorar o ambiente das salas de aula relativamente ao aquecimento, dado que os alunos e professores têm suportado o intenso frio que se tem feito sentir nesta Escola degradada, em que as salas, reduzidas praticamente a um aparelho a óleo ou elétrico (quando há), não são espaços agradáveis para as aprendizagens. Assim, na falta de recursos financeiros para sistemas energéticos alternativos, para além do indispensável reforço dos tradicionais equipamentos de*

*aquecimento, devia-se concluir o fecho das salas de aula ao nível da carpintaria, bem como alguma intervenção ao nível dos alumínio, que estão com folgas significativas”.*

Após a leitura do documento, a Presidente frisou que os assistentes operacionais também passam muito frio devido às instalações já deficitárias, além dos alunos e professores. A Diretora esclareceu que foram as candidaturas feitas, anteriormente pela ESJMF, que permitiram obter saldo e foi com esse dinheiro que pagou as contas da água, luz e gás. Disse ainda que, está à espera que o dinheiro seja devolvido. Advertiu que, as lâmpadas da ESJMF começarão a fundir, pois, estão a atingir o tempo de vida, o que irá acrescentar bastantes gastos. De acordo com a conselheira Manuela Bornes, o Agrupamento deveria comprar uma carrinha porque as coordenadoras de estabelecimento vêm à escola sede buscar materiais e transportam-nos nos seus carros. Esta opinião foi corroborada pela conselheira Margarida Cardoso que salientou que não só as coordenadoras, mas também outras docentes, transportam materiais pedagógicos, que o Agrupamento fornece, nos seus carros e fora do seu horário. A este propósito, a Diretora mencionou que também no passado foi buscar material no seu carro (à Olmar) mas que agora já não o fazia. As linhas orientadoras referidas pelos conselheiros são: conservação e manutenção da ADS e ESJMF.

Ponto 4: Lagartas de Pinheiro em meio escolar (uma praga a exigir medidas de sensibilização preventivas e concertadas) – a Diretora informou que quando soube da praga das lagartas na ADS e na Escola Básica de Habitovar, imediatamente, contactou com a Câmara Municipal. Em relação à lagarta do pinheiro, o conselheiro José Lopes afirmou que a coordenadora da ADS sabia da existência desta praga. Seguidamente, o conselheiro leu o documento transcrito *“A razão desta proposta de recomendação é o resultado de uma experiência concreta em que uma escola deste Agrupamento poderia ser um feliz exemplo de boas práticas de sensibilização e intervenção no combate à praga que representa a “lagarta do pinheiro”, que já há vários anos encontra nos pinheiros, espécie natural numa área de antigos pinhais em que há cerca de quatro décadas foi construída a Zona Escolar e toda a zona residencial envolvente. Ao contrário de tantos outros casos de comunidades escolares e educativas em que o contato com a “lagarta do pinheiro” episodicamente resulta em “Show mediático”, com encerramento de escolas. Por cá, e tirando lições de tais notícias, pelas condições naturais que temos, tinha todo o sentido, sobretudo em meio escolar, apostar em medidas preventivas e até pedagógicas, uma vez que as consequências de crianças ou adultos serem vítimas dos “invisíveis” pelos que elas libertam quando se movem, ao*

*funcionarem como agulhas que injetam substâncias tóxicas na pele, são para levar a sério como um reconhecido risco para a saúde pública, para além dos efeitos também ao nível dos próprios pinheiros. Ora sendo o concelho de Ovar uma terra privilegiada de floresta de pinheiro numa faixa costeira entre Esmoriz e Torrão do Lameiro, neste caso, as escolas do Agrupamento de Ovar, nomeadamente, a EB António Dias Simões em que se vem registando tal propagação de “lagartas de pinheiro”, exigia-se que as suas comunidades escolares e educativas fossem devidamente sensibilizadas e envolvidas nas medidas preventivas de combate a esta praga, para não ficarem à mercê da sorte, porque muita sorte é o que tem havido ou então estamos perante um tipo de lagarta de pinheiro verdadeiramente “fofinha”. Certamente que não é o caso. Trata-se pois de um tema que merece intervenção organizada e devidamente informada, porque não é compreensível que se continue sem orientações minimamente coerentes no combate à “lagarta do pinheiro”, estando nós em meio escolar. A própria intervenção por parte dos serviços camarários exigem coordenação com a escola, mas para tal é preciso haver sensibilização e não desvalorizar a troca de informação, para que as várias medidas adotar não surjam numa fase adiantada, em que uma parte significativa dos ninhos ficaram vazios e as lagartas seguiram tranquilamente e perante a nossa indiferença o seu ciclo biológico. É verdade que esta época de grande qualidade de episódios com a “lagarta do pinheiro” em meio escolar, foi de um ano atípico, mas nada deveria justificar a ausência de sensibilização e partilha de informação com os próprios Assistentes Operacionais sobre tal fenómeno, cujas respostas perante as várias descidas em “procissão” das lagartas para o solo, foram diversificadas e segundo a sensibilidade de cada interveniente. Assim e realizadas as operações indicadas tecnicamente pelos manuais do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que os serviços camarários executaram, quer na colocação das cintas adesivas, quer na posterior intervenção mecânica para eliminar ninhos. É preciso tirar conclusões deste processo para que no futuro as respostas sejam mais eficientes na observação, partilha de informação, atuação e combate à praga, contrariando o seu ciclo de vida. Para tal a proposta em discussão sugere como recomendações, sobretudo a necessidade de os Órgãos de Gestão do AEO e a Câmara Municipal de Ovar retirem as adequadas conclusões para futuras medidas preventivas, quer sobre os métodos adotados para travar o ciclo biológico da “lagarta do pinheiro”, bem como a importância da sua monitorização”.Relativamente a este assunto, a conselheira Teresa Cruz referiu que os funcionários da Câmara informaram*

as funcionárias da escola, fizeram a vedação do espaço e deixaram um documento de esclarecimento. A este propósito, a conselheira Josefina Ventura interveio, dizendo que uma aluna se queixou e para informar os alunos sobre as lagartas do pinheiro, fez uma ação sobre o tema tendo como base de trabalho, o documento enviado pelo conselheiro José Lopes e alguns vídeos sobre o assunto. Acrescentou que, em reunião de Diretores de Turma, foi aprovada a proposta de sensibilizar os alunos para a temática. Seguidamente, a Diretora recomendou que os conselheiros sensibilizassem os alunos para não irem brincar na areia. O conselheiro António Gonçalves frisou que este é um ano atípico, pois as variantes climáticas observadas com dias atipicamente quentes para a época alternando com outros frios, podem contribuir para alteração dos tempos do ciclo de vida deste animal. Referiu ainda que se poderia equacionar a colocação de ninhos artificiais nos pinheiros do recinto escolar, estimulando a fixação de aves insetívoras como por exemplo o chapim. Tal, associado à atempada colocação de armadilhas existentes no mercado, poderia contribuir para minimizar o problema. Sobre este assunto informa-se ainda que a Vereadora, Ana Cunha, enviou um documento com explicações técnicas, especificamente elaborado para o Conselho Geral, dado a ordem de trabalho do dia e porque se encontrava impossibilitada de estar presente na referida reunião.

Ponto 5: Aprovação do pedido de Acumulação de férias da Diretora do Agrupamento, Dra. Cecília Oliveira – foi aprovado por unanimidade o pedido de acumulação de férias para 2017 da Diretora das férias não gozadas, assim discriminadas: a) 3 dias por conta do período de férias do ano de 2015; b) 26 dias, por conta do período de férias do ano de 2016 e ainda por conta desses dias os seguintes dias de férias: 1) 5 dias no período de interrupção letiva da Páscoa; 2) 5 dias no mês de abril; 3) 10 dias no mês de maio.

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros: Teresa Andrade, Rui Polónia, Ana Cunha, Bruno Oliveira, Cláudia Torres, Manuel Silva e António Costa.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

Os Secretários

A Presidente da Reunião

---

António Gonçalves

---

Maria de Lurdes Ferreira

Teresa Dias



## ATA NÚMERO VINTE E QUATRO

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Apresentação de relação de problemas sentidos no Pré-escolar e no 1.º Ciclo em cuja resolução devem ser implicadas as autarquias;

**Ponto 2:** Debate sobre a concretização do Projeto de Intervenção que determinou a eleição da Sr.ª Diretora para um mandato que também está a terminar.

Ponto 1: A Presidente informou os conselheiros que em colaboração com a Diretora, Dr.ª Cecília Oliveira, convidaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ovar (CMO) para estar presente na reunião deste Conselho Geral, mas por motivos alheios à sua vontade não pode. A mesma acrescentou que talvez a CMO poderia ter substituído a Vereadora Ana Cunha por outro representante da autarquia, tal como o fez quando a referida conselheira esteve de licença de maternidade, na medida que o primeiro ponto da reunião está diretamente ligado às responsabilidades da CMO. De seguida, a conselheira Manuela Bornes afirmou que seria importante, os representantes das autarquias ouvirem a voz dos professores no que concerne a problemas, cuja resolução é da competência das autarquias, tais como, obras e remoção das placas de amianto na EB e JI de S. João. Mencionou ainda que, em colaboração com a conselheira Teresa Diasauscultou que constrangimentos sentiam os professores do 1.º ciclo nas suas escolas. Metodologia seguida pela conselheira Margarida Cardoso. Seguidamente, os conselheiros Guilherme Enguião e Cláudia Torres referiram que no início do ano letivo, as Associações de Pais reúnem com a Direção e a CMO e a questão das obras nas escolas do 1.º ciclo é debatida, entre outros assuntos. Em relação aos problemas em questão, a Diretora realçou que a Direção está a par de todas as situações e que a EB do

Furadouro necessita de intervenção, pois não tem cozinha nem espaços cobertos para as crianças brincarem em dias de chuva. Em relação, aos constrangimentos sentidos pelos docentes do Pré-escolar, a conselheira Margarida Cardoso transmitiu o parecer das colegas, a saber: proposta de um plano de formação para as funcionárias de Contrato de Emprego e Inserção (CEI), colocadas no apoio e acompanhamento às crianças e atividades no pré-escolar; integração do serviço de almoço no serviço integral das Atividades de Animação e Apoio às Famílias (A.A.A.F.); integração dos dinamizadores do prolongamento no serviço de almoço; formação para as assistentes operacionais; utilização das AAAF, apenas, pelas crianças, cujos pais têm necessidade, cumprindo-se o que está na Lei; colocação por parte da CMO de material adequado para o desenvolvimento das atividades e não a quantia irrisória que atribui; apresentação e discussão prévia com os docentes e demais comunidade educativa do Programa Educativo da CMO para que este seja adequado às necessidades e interesses do público-alvo; indicação de algumas situações a alterar aquando da revisão do Regulamento Interno e calendarização da elaboração dos relatórios um, em janeiro e um outro no final do ano letivo.

Quanto ao Programa Educativo da Câmara Municipal de Ovar, a Diretora declarou que só as docentes que pretendiam ir à piscina é que aderiam. A conselheira Margarida Cardoso continuou a sua intervenção, mencionando que as crianças passam muito tempo dentro do mesmo espaço, o que é prejudicial e, por isso, há necessidade de salvaguardar os seus interesses. A este propósito, o conselheiro Rui Polónia disse que as crianças são prisioneiras do mesmo espaço e que por mais educativas que sejam as atividades desenvolvidas, as mesmas desinteressam-se, o que origina indisciplina nas escolas. De acordo com o conselheiro, há que repensar o papel da escola, pois neste momento, está preparada, apenas para atividades concisas e com espaços físicos pouco adequados. Ainda em relação aos espaços, a conselheira Manuela Bornes acrescentou que a EB/JI de S. João tem problemas de espaço e barulho. Frisou que em dias de chuva, as cento e quarenta e duas crianças, têm cada uma, apenas 91cm<sup>2</sup> para brincar. Alertou para o barulho que se ouve por causa do eco e que a empresa que fornece as refeições deveria dar formação às funcionárias porque gritam muito com as crianças durante as refeições. Esta opinião foi corroborada pela conselheira Margarida Cardoso que acrescentou que as funcionárias, em vez de deixarem as crianças serem autónomas a comerem, dão-lhes a comida à boca, apressadamente. No que diz respeito, a este

problema a conselheira Cláudia Torres, realçou que o mesmo, desde há três anos que tem vindo a ser objeto de preocupação por parte das Associações de Pais, tal com o da formação junto da CMO. Quanto aos constrangimentos/dificuldades sentidos pelos professores do 1.º ciclo, a conselheira Manuela Bornes transmitiu os seguintes: busca de uma solução que evite que os professores tenham de transportar materiais de limpeza e de papelaria nos seus próprios carros, bem como os livros da educação literária; colaboração entre o Agrupamento/Direção e a CMO através de um programa educativo e ambiental motivador e organizado na recolha dos diferentes materiais recicláveis da escola de modo a desenvolver nos alunos uma consciência ecológica e que inclua palestras com alunos, pais/encarregados de educação, professores e assistentes operacionais, bem como, atividades de campo com grupos ecológicos do meio; mudança nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) incluindo, por exemplo, o teatro, pois, esta arte permite o desenvolvimento de competências e atitudes. Se não for possível o teatro, então, contemplar atividades de relaxamento/concentração, yoga ou ainda outras em que as crianças possam aprender a relacionar-se positivamente com o seu próprio corpo e com os outros; apetrechamento das salas de aula com WiFi e quadros interativos ou projetores no teto de cada sala.

Seguidamente, a conselheira expôs os constrangimentos/problemas da EB /JI de S. João: falta de espaço específico e adequado para o funcionamento das AAAF; falta de espaço exterior coberto suficiente para, em dias de chuva, abranger o número de alunos que a escola tem; necessidade urgente de melhoria das casas de banho do Pré-escolar que são um grande problema. Para além de serem um espaço desadequado, insuficiente e pouco promotor da autonomia das crianças, não possuem um polibanco para situações de emergência, como já aconteceu no presente ano letivo, crianças sujarem-se porque ainda não fazem o controlo das fezes; necessidade de espaço de armazém para materiais de higiene e limpeza (armazenamento de papel higiénico, papel seca mãos, detergentes), por forma a libertar uma das casas de banho do 1.º ciclo e que tem chuveiro; o polivalente/refeitório que deveria ser uma coisa ou outra. O refeitório deveria ser, apenas para as refeições por razões pedagógicas e de higiene e o polivalente, fundamental, para se desenvolverem atividades de expressão física-motora, de Atividades de Enriquecimento Curricular quando chove e para as inúmeras atividades que constam do Plano de Atividades e que implicam juntar os alunos da escola; o espaço exterior deveria ter um piso adequado, nomeadamente, nos campos de jogos;

necessidade de substituição de alguns pneus do espaço de recreio; nos espaços destinados a jardim deveria haver, pelo menos, um “canteiro” preparado para ser usado como horta pelas turmas; os estores das salas precisam de ser substituídos por cortinas “persianas em rolo”; substituição do telhado que ainda tem telhas de amianto; rotter para se conseguir apanhar o sinal da Internet em todas as zonas da escola e pintura de interior e exterior do edifício.

A conselheira Margarida Cardoso corroborou com a conselheira Manuela Bornes em relação às situações relatadas na EB/JI de S. João. Em relação à colocação de projetores nos tetos das salas, a Diretora informou que há escolas que têm mais do que um projetor e que alguns podem ser transportados de uma sala para a outra. Quanto ao teatro nas AEC, a Diretora referiu que é muito difícil arranjar professores nesta área e que é difícil colocar um funcionário na BE dos Combatentes. A conselheira Manuela Bornes frisou que as bibliotecas funcionam muito bem, apesar de no 1.º ciclo o grande problema continuar a ser a leitura/escrita. A Diretora informou que no Conselho Pedagógico foi referido que nas reuniões de articulação entre ciclos se concluiu que os alunos têm um vocabulário muito reduzido e apresentam dificuldades na compreensão e produção de textos. A conselheira Teresa Andrade acrescentou que os alunos têm dificuldades em descodificar o que se pede, devido ao vocabulário elementar que dominam. Também os conselheiros Rui Polónia e António Gonçalves frisaram que os alunos não conseguem dar uma resposta estruturada, sentindo mais facilidade nos itens de escolha múltipla e correspondência.

A conselheira Teresa Dias interveio e apresentou a proposta da professora bibliotecária/equipa da biblioteca. Referiu que a proposta menciona que no presente ano letivo, a Biblioteca Escolar dos Combatentes (BE) já movimentou 2922 exemplares, sendo feita para cada um a requisição, devolução e reposição nas estantes. De acordo com a professora bibliotecária/equipa da biblioteca, o número de utilizadores justifica a colocação de um funcionário na BE dos Combatentes, permitindo assim que, os docentes da equipa fiquem mais libertos para o desenvolvimento de atividades de carácter pedagógico. Além disto, na interrupção de almoço há uma média diária de 50 alunos a utilizar a Biblioteca para leitura, pesquisa em computador e jogos didáticos, tornando-se, deste modo, muito difícil o acompanhamento por um único professor. De acordo com a proposta apresentada é exequível que os sacos com os livros da educação literária sejam transportados pelo serviço que faz a ronda inter-bibliotecas, no âmbito da

Rede de Bibliotecas de Ovar (RBO), segundo uma calendarização articulada com a Biblioteca Municipal de Ovar, em vez de serem os professores, como o fazem há vários anos, a deslocarem-se à escola sede para requisitar e devolver os livros. A proposta apresentada propõe que passe a ser este o procedimento em relação à circulação dos livros. Relativamente, às atividades de promoção da leitura e tendo como objectivo a igualdade de oportunidade de todos os alunos de 1.º ciclo e do pré-escolar, e tendo em conta os recursos e condições da BE dos Combatentes, a professora bibliotecária/equipa da biblioteca propõe a disponibilização, uma vez por semana, de transporte camarário, para a deslocação a esse espaço (segundo calendarização prévia) de turmas cujas escolas não têm serviço de biblioteca escolar, beneficiando assim de atividades de promoção e mediação de leitura preparadas pela equipa. Esta menciona que, apenas quatro escolas têm biblioteca escolar e beneficiam das atividades: Combatentes, Oliveirinha, Ponte Nova e S. Donato. Após ouvir as intervenções das conselheiras, a Presidente pediu que fosse redigido um texto com as propostas apresentadas para enviar à Vereadora Ana Cunha.

Para terminar este ponto da reunião, o conselheiro José Lopes disse que foi interessante a reflexão feita em torno deste ponto e que a mesma deveria chegar um documento escrito à CMO, porque alguns constrangimentos/ problemas poderão ser resolvidos.

Em relação ao Ponto 2: Debate sobre a concretização do Projeto de Intervenção que determinou a eleição da Sr.ª Diretora para um mandato que também está a terminar – o conselheiro José Lopes leu o documento transcrito *“A tarefa de apresentação deste ponto, não é fácil, tanto mais que assenta num manifesto apelo que aqui deixei na reunião do dia 31 de janeiro, sobre a necessidade, deste órgão de gestão, criar condições para um debate sobre a concretização do projeto de intervenção, no âmbito da candidatura da Sr.ª Diretora de que resultou a sua eleição para um mandato que está na sua fase final. As questões então colocadas como merecedoras de discussão, acabaram por ser apresentadas como base de justificação para este ponto. No entanto e como tal objetivo exige não só disponibilidade para debater, mas sobretudo, o efetivo exercício de cidadania para em liberdade e em democracia, se questionar no seio deste órgão de gestão o tipo de direção do Agrupamento tendo em consideração os objetivos propostos. O que se pode constatar, é que lamentavelmente não foi manifestada grande disponibilidade para se aproveitar a oportunidade de se partilhar os diferentes estados de alma, porque os há, com expectativas de mudança e desabafos que não condizem com*

*este sentimento de silêncio, que marcou a preparação deste ponto. Digo a preparação deste ponto, porque, tendo consciência desta realidade, assumi, quando solicitado a apresentar a proposta de ponto, que, obriguei-me a reanalisar as palavras que proferi na altura no C. Geral, e conclui que as minhas preocupações e contributos para despertar um debate necessário, estavam na verdade expostos na própria intervenção. Mas não vi grande entusiasmo do CG sobre a importância ou necessidade de um tal debate, que indiscutivelmente exige disponibilidade e abertura, até de espírito, para se poder fazer algum debate, eventualmente delicado. Assim, sugeri até que poderia caber à comissão permanente do CG, desencadear este debate. Uma opinião que reafirmei junto da senhora presidente, ficando este ponto de merecer a opinião dos restantes conselheiros. Foi então colocada pela senhora presidente deste C.Geral, a seguinte questão: “Digam qual é a vossa opinião sobre a pertinência do assunto, isto é, se acham que deve ser debatida em reunião para tal”. Ora perante este apelo, responderam apenas dois conselheiros, e se num caso se afirma, “que faz sentido falarmos do passado se for para perspetivar o futuro...” um outro contributo também subscrevo para este debate, quando se diz, que, “é importante que o Conselho Geral procure não se limitar ao papel de ser apenas um órgão ratificador. A definição de um rumo estratégico para o Agrupamento tem de passar também pelo Conselho Geral, o que implica a avaliação do rumo seguido até ao momento, mas, sobretudo, do que queremos prosseguir. E isto é muito mais do que uma simples avaliação de um plano de intervenção. É a definição do que desejamos que o Agrupamento seja, enquadrando a ação da direção do agrupamento e não sendo apenas o estrito resultado do plano de intervenção de um futuro diretor(a). E, num ano final de mandatos, pensando no futuro e nas prioridades que o nortearão, penso ser pertinente começarmos a refletir sobre este Macro cenário onde depois as restantes peças - pedagógicas, executivas, etc - se enquadrarão”. Já agora deixo aqui a conclusão do pensamento deste conselheiro, quando afirma, que, “Mais do que avaliar a atuação de um mandato de direção, penso ser importante, conjuntamente com essa direção, com todo o seu saber acumulado, experiência e conhecimento da realidade do dia-a-dia do agrupamento e dos seus pontos fortes e menos fortes, podermos, em conjunto, traçar o rumo do futuro do NOSSO agrupamento”. Contributos que certamente o seu autor aprofundará e assim ajudará a dignificar o papel deste órgão de gestão. Como não docente limitei-me a contribuir para tentar despoletar debate e por isso, se falou da concretização do Projeto de Intervenção da senhora diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar,*

nomeadamente na intenção de se envolver o pessoal não docente na procura de soluções para superar problemas detetados. Ou ainda a nível organizacional, em que se propunha, “Fomentar as lideranças intermédias de forma a assumirem o protagonismo e a que se propicie o cumprimento das funções inerentes a cada um dos cargos. E não menos importante, a necessidade de implementar medidas para, “Fomentar as relações interpessoais de forma a desenvolver um clima facilitador da realização pessoal dos recursos humanos (...)”. Repito pois, que, como conselheiro não docente, estas são algumas das questões que gostava de ver aprofundar-se nesta fase final do nosso mandato, uma vez que ficamos aquém de objetivos como alguns exemplos:- Envolver cada uma das escolas na construção da nova unidade de gestão que é o Agrupamento...- Fomentar as lideranças intermédias de forma a assumirem o protagonismo e a que se propicie o cumprimento das funções inerentes a cada um dos cargos. - Fomentar as relações interpessoais de forma a desenvolver um clima facilitador da realização pessoal dos recursos humanos, comprometendo-os em realizações onde se sintam motivados e que permitam adequar os procedimentos que a atividade exige. - Afirmar a escola como escola inclusiva quer planeando oferta formativa diversificada quer mobilizando os recursos disponíveis na procura de respostas diferenciadas que contribuam para o sucesso e a realização pessoal e social das crianças e dos jovens sem esquecer os que têm necessidades educativas especiais. Como não docente e fundamentalmente como assistente operacional da educação, tenho procurado trazer para o debate deste órgão algumas destas questões.”Após a leitura do documento, os conselheiros António Gonçalves e Guilherme Enguião afirmaram que concordaram com o ponto apresentado pelo conselheiro José Lopes e que responderam por email à Presidente. De seguida, o conselheiro Rui Polónia iniciou a sua intervenção vincando a necessidade de se realizar uma avaliação do trabalho realizado, não num sentido puramente aferitivo de cumprimento ou incumprimento de um plano de ação, mas, antes orientado para a perspetivação do futuro. Referiu ser essencial a colaboração estreita e uma reflexão partilhada entre o Conselho Geral e a Direção do Agrupamento, de modo a que o conhecimento acumulado, a experiência, o balanço dos sucessos e do que correu menos bem, assim como a própria reflexão sobre a ação que os membros da gestão executiva da escola não deixarão de realizar, entre outros dados, fossem usados como linhas guia para a definição daquilo que queremos que o Agrupamento de Escolas de Ovar venha a ser no futuro.

De acordo com o conselheiro, o papel estratégico deste órgão é determinante para a definição de um rumo a longo prazo, de objetivos estruturantes para o Agrupamento, para a sua personalização e ligação à comunidade. O Conselho Geral é um órgão estratégico e não apenas meramente retificador ou aferidor sendo, por isso, necessário que, aproximando-se o final de mandato da Direção executiva e do próprio conselho, este aproveite toda a experiência destes quatro anos para delinear objetivos de longo prazo, concretos, para o Agrupamento, de modo a que o rumo a seguir não fique dependente apenas do plano de ação de quaisquer futuros candidatos a diretor. Pelo contrário: os planos de ação deverão dar prosseguimento, concretização e abrir novos horizontes a partir das linhas estruturantes e prioritárias que a direção estratégica do Agrupamento – leia-se, Conselho Geral – deverá definir antecipadamente. E este será o momento para esta discussão.

Referiu ainda que *“Como contributo para esta nossa missão, apresento aquelas que, do meu ponto de vista, serão questões prioritárias a ter em conta para o delinear dos objetivos do nosso agrupamento a longo prazo, pois são claramente desafios que teremos de enfrentar e aos quais teremos de dar resposta:*

*1-Relação com o tecido empresarial, comercial e social local: num contexto social de elevadas taxas de desemprego e em que, simultaneamente, diversas indústrias e até IPSS procuram mão-de-obra especializada que não conseguem encontrar, será urgente que a definição da oferta formativa da escola se enquadre com as necessidades – logo, com o potencial empregador – do tecido social envolvente. Particularmente ao nível das ofertas de percursos educativos profissionalizantes e vocacionais, é premente que a escola fundamente a sua oferta educativa no potencial empregador em torno de si, podendo fundamentar e argumentar, junto da tutela respetiva, a oferta formativa a que se propõe com dados concretos que suportem a sua decisão e, com isso, ganhar também autonomia na definição das suas políticas educativas, reduzindo imposições externas que muitas vezes são cegas a contextos locais. Este ajustar da escola às necessidades do meio social envolvente, abrindo efetivas portas para o mercado de trabalho, é uma condição essencial para a revalorização social do papel da escola e para a motivação e sucesso dos seus alunos. Como sugestão para iniciar a efetivação deste objetivo, avanço, por exemplo, com a hipótese de se realizarem reuniões e iniciativas com representantes do tecido empresarial, comercial, político e até*



*associativo local, procurando conhecer as suas necessidades em termos de recursos humanos e a sua capacidade de acolherem novos recursos futuros.*

*1-Ajustamento e articulação da oferta formativa: em relação à oferta formativa disponibilizada, não apenas na nossa cidade mas em múltiplos locais deste país, tem-se assistido não apenas à abertura de cursos desajustados do contexto social, como se referia no ponto anterior, mas, também, várias vezes, à multiplicação de ofertas formativas idênticas em agrupamentos geograficamente próximos, canibalizando-se estes entre si na competição por alunos, sobrecarregando o mercado com recursos humanos de idênticas capacidades – e que ele nem sempre consegue absorver –, além de se perderem oportunidades, quer nos cursos de caráter profissionalizante e vocacional, quer nos cursos orientados para o prosseguimento de estudos. Não se compreende que, como já ocorreu no passado, existindo 2 agrupamentos da mesma cidade com alunos interessados no prosseguimento de estudos numa determinada área específica, mas ambos não atingindo o número mínimo de alunos para a abertura do curso, não seja possível congregar esforços – agrupando esses alunos e tornando possível a abertura da oferta formativa na cidade –, acabando esses alunos por serem perdidos para concelhos limítrofes. Será necessário que no espaço do Conselho Municipal de Educação – ou outro órgão que venha a ser criado para esse fim - possa existir uma conciliação e concertação da oferta da formação formativa do concelho, congregando-se esforços na maior abrangência possível de ofertas com a menor sobreposição possível. Todas as escolas do concelho têm a ganhar com este tipo de atuação.*

*1-Formação docente: sendo o nosso agrupamento o local onde está sediado o CFIEMO (Centro de Formação), importa aproveitar e rentabilizar ao máximo este recurso de enorme valia para a qualificação do pessoal docente e não docente. Importa que a formação disponibilizada pelo Centro corresponda não apenas às necessidades específicas sentidas por cada grupo disciplinar/ científico da escola, mas que também possa disponibilizar oferta em áreas transversais que sejam relevantes para a prossecução do projeto educativo do Agrupamento, por exemplo, em áreas como a motivação, o combate à indisciplina, integração social, etc.*

*1-Motivação: este será sem dúvida o principal desafio para a escola nos anos que se avizinham. Perdido a equivalência quase histórica em que mais escolaridade*

*significava automaticamente a possibilidade de um melhor emprego, o papel social da escola tem sido muitas vezes questionado e tarda a reinventar-se, em muitos aspetos, de forma assertiva e coadunada com as novas necessidades. Deparamo-nos, com o alargamento da escolaridade para os 18 anos, com jovens que não querem estar na escola e que nela não encontram motivação nem uma saída para as suas aspirações; temos jovens com baixas expectativas sociais e aos quais a escola não consegue impor a motivação para um rumo diferente; temos jovens matriculados numa via de prosseguimento de estudos mas que não vêm nela um objetivo claro para o seu futuro, uma saída para a vida. E sabemos que a desmotivação é a fonte primária da falta de empenho, de comprometimento, de responsabilização, logo, de indisciplina, um dos principais cancros do nosso sistema educativo. Mas a motivação não se esgota nos alunos: temos um corpo docente que, apesar de nos últimos anos ter visto a sua carga horária e burocrática enormemente alargada, se encontra há mais de uma década sem perspectivas de progressão na carreira e com um retorno salarial inferior ao que tinha então. Um corpo docente que tem visto a sua média etária a crescer assustadoramente, envelhecido e sem perspectivas de rejuvenescimento, com todas as consequências que daí advêm, por exemplo, ao nível da inovação. Um corpo docente que se vê cada vez mais confrontado com fatores de enorme stress e sobrecarga emocional devido ao crescimento dos casos de indisciplina. Não podemos também esquecer a motivação ao nível dos assistentes operacionais, sobrecarregados pela diminuição do seu efetivo nos últimos anos, confrontados também com o problema da indisciplina, do aumento da média etária e questões salariais. A ação de um futuro diretor terá, do meu ponto de vista, de incidir fortemente na motivação dos alunos e dos recursos humanos que tem ao seu dispor: são eles a matéria prima essencial da escola.”*

Em relação às questões um e dois, a Diretora mencionou que o tecido empresarial de Ovar já não é reativo e há muitas dificuldades em arranjar estágios para os alunos porque estenão adere. A Presidente interveio, dizendo que há quatro anos a situação era muito diferente da atual e que foi uma aprendizagem para todos desde a formação do Agrupamento. Contudo, a mesma acrescentou que, não foram anos fáceis para a Direção nem para os professores e assistentes operacionais. A Presidente referiu que estamos melhor como Agrupamento e que aprendemos com os erros dados, pois houve progressos e a Direção começou a ver as escolas como um Agrupamento. Para a mesma, a formação do pessoal docente é fundamental, tal como a formação para os não

docentes. Referiu também que gradualmente se tem verificado uma mudança no comportamento dos alunos, devido a vários fatores. A este propósito, a Diretora disse que em anos anteriores e este ano, houve formação para os não docentes: indisciplina, como identificar consumos anómalos, ministrada pelo Centro de Saúde. Informou ainda que, o Centro de Formação terá possibilidades de pagar formação. Seguidamente, a Presidente referiu que as escolas têm recebido alunos com muitas dificuldades e que a nível de escola inclusiva ainda há muito por fazer. A nível de melhoramentos, a mesma destaca, a articulação realizada entre ciclos e as relações interpessoais. Para a Presidente as escolas têm de estar adaptadas com materiais apropriados. Refere ainda que, o Conselho Geral deveria ter sido mais interventivo e haver mais colaboração e articulação entre este órgão e a Direção. De acordo com a Presidente, a autarquia fica aquém do que deveria fazer e que há famílias que não colaboram com a escola. Acrescentou que a nível ambiental se nota uma degradação e que escola é muito teórica e pouco prática. Segundo a Presidente, nota-se uma diminuição e impossibilidade na programação das visitas de estudo, apesar destas permitirem ao aluno adquirir novas vivências e enriquecer o vocabulário. A Diretora justificou que sempre que é possível trazer a atividade à escola, é benéfico, caso contrário, as mesmas poderão realizar-se. Seguidamente, o conselheiro José Lopes concordou com a pertinência do Conselho Geral traçar linhas para o próximo ano. Reafirmou que não foram dados grandes passos relativamente ao papel do Conselho Geral. Quanto à escola inclusiva ainda há muito para fazer, nomeadamente a nível das relações entre diferentes alunos, como por exemplo, autistas e de etnia cigana. A Diretora concordou com o conselheiro, frisando que o caso da inclusão é muito complicado, pois as escolas não estão preparadas para receber os alunos, tendo poucos recursos. A conselheira Manuela Bornes disse que não falava da escola inclusiva, porque esta merecia uma discussão mais aprofundada que começasse por refletir acerca do próprio conceito de inclusão, no entanto, apresentou alguns pontos com vista à reflexão do mandato deste Conselho Geral para que o próximo não cometa os mesmos erros, tais como: Como temos funcionado? Como nos relacionamos? Haverá medo de colocar questões porque temos receio que alguém fique melindrado? Concluiu referindo que não houve articulação entre os conselheiros e os colegas que representavam nos assuntos a tratar. A conselheira Josefina Ventura acrescentou também a relevância de se analisarem, em cada reunião, apenas um ou dois documentos e não muitos ao mesmo tempo como sucedeu. O conselheiro Rui Polónia concorda que é importante registar o que correu mal para que outros não cometam os

mesmos erros. Concluindo, a Presidente mencionou que sempre deu abertura aos conselheiros para se manifestarem e discutirem os temas tratados e que a análise dos documentos tem que ser realizada, pois os prazos terão de ser cumpridos. Acrescentou que muitos conselheiros não justificaram a ausência às reuniões, aspeto a avaliar pelo Conselho Geral.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: Ana Cunha, António Costa e Bruno Oliveira.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria de Lurdes Ferreira

## ATA NÚMERO VINTE E CINCO

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Tomada de Posse do Representante dos alunos ao Conselho Geral, do Agrupamento de Escolas de Ovar – Este ponto foi adiado para a reunião de nove de março do presente ano letivo, porque o representante dos alunos no Conselho Geral, Bruno Brito Pereira, do 12.º ano, não compareceu à reunião.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa e Bruno Oliveira.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria de Lurdes Ferreira

### **ATA NÚMERO VINTE E SEIS**

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único:** Parecer sobre o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Antes de iniciar o ponto agendado, a Presidente informou que tentou enviar à Vereadora, Ana Cunha, as propostas do Pré-escolar, do 1.º ciclo e da Biblioteca da EB de Combatentes, mas os e-mails vieram devolvidos. Referiu ainda que, as atas números vinte e três e vinte e quatro, serão aprovadas nas reuniões posteriores à reunião do dia catorze de março. Afirmou também que, o Conselho Geral terá que nomear uma Comissão Eleitoral, composta por um professor e um conjunto de alunos, de acordo com o previsto no Despacho n.º 436 – A/2017, ponto 1, art.º 7.º (Orçamento Participativo das Escolas). A este propósito, a Diretora esclareceu que de acordo com o previsto no Despacho n.º 436 – A/2017, ponto 1, art.º 7.º (Orçamento Participativo das Escolas), os alunos do 3.º ciclo e do Secundário se podem candidatar a projetos e que, no próximo dia vinte e quatro de março, Dia do Estudante, haverá eleições, mas para isso é necessário haver uma Comissão Eleitoral composta por um professor e alunos. Os

conselheiros, por unanimidade, nomearam o conselheiro António Gonçalves para fazer parte desta comissão.

De seguida, passou-se à análise do documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. A conselheira Teresa Andrade referiu que o documento está muito bem redigido, mas questionou a operacionalização do mesmo. Acrescentou que, em relação às tecnologias, a maioria das escolas não está apetrechada com estas ferramentas. Para a mesma, há um perfil do aluno no final do Secundário, mas questionou o que se pedia aos alunos no final de cada ciclo. A Diretora respondeu que as competências são distribuídas por ciclo. A conselheira Cláudia Torres concordou com a conselheira Teresa Andrade, acrescentando que terá de haver mudanças nas práticas pedagógicas. A conselheira Teresa Dias interveio, dizendo que há valorização das várias inteligências e que o documento refere os quatro pilares do relatório de Jacques Delors, tais como, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Seguidamente, a conselheira Manuela Bornes referiu que os termos “conhecimento”, “conhecer” “ensinar” e “aprendizagem” aparecem, neste ítem, mais de vinte vezes e que os termos “sentimento, emoção e imaginário” não aparecem nenhuma vez. Menciona que conhecimento é importante, mas por si só não chega. Para esta conselheira devemos questionar as finalidades da educação, por isso, a primeira questão a ser colocada, a que subjaz à definição do perfil do aluno é: A escola para quê? Isto é, queremos uma escola que forme alunos, unicamente, para servir o mercado de trabalho ou queremos uma escola capaz de promover o desenvolvimento integral o ser humano? Ora, neste caso, o desenvolvimento cognitivo deverá ser acompanhado do desenvolvimento afetivo, ético e criativo.

Esta conselheira propôs que se acrescentasse o seguinte princípio:

Promover a educação integral e complexa do aluno, valorizando os aspetos cognitivo, afetivo ético e criativo.

Esta proposta não foi aprovada pelo Conselho Geral.

Os conselheiros analisaram os seguintes itens do referido documento: Princípios: o Conselho Geral concorda com todos os princípios elencados, denotando a valorização da gestão flexível do currículo; do Saber/Estar/Ser e Fazer; Visão. O Conselho Geral concorda com todos, pois transmitem uma formação/visão integral do cidadão; Valores: o Conselho Geral anui com estes valores que são essenciais para o desenvolvimento de um aluno/individuo que se quer ativo, participativo, responsável e íntegro. A

conselheira Manuela Bornes propôs e o Conselho Geral aprovou o acréscimo no 4.º valor – Cidadania e participação – em vez de “... solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; deve escrever-se: “... solução de conflitos em prol da solidariedade, da paz e da sustentabilidade ecológica;

Competências: O Conselho Geral concorda, uma vez que está patente a interdisciplinaridade, a transversalidade dos saberes, não os hierarquizando;

Implicações Práticas: Desafio e alteração de mentalidades, pois é necessário abranger todos os alunos, aceitar diferentes pontos de vista sem correr o risco de facilitar. Todavia, o Conselho Geral aprovou uma proposta da conselheira Manuela Bornes para que se acrescente um sétimo ponto: – Criar na escola, espaços e tempos de fruição e prazer capazes de desenvolverem o imaginário e a invenção.

Por fim, os conselheiros teceram um comentário geral/observações: Este perfil de aluno não está adequado aos currículos anteriores e ao ainda atual; Dificuldade em operacionalizar a interdisciplinaridade, a transversalidade dos saberes e Necessidade de formação contínua.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Bruno Oliveira, Rui Polónia e Guilherme Enguião.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria deLurdes Ferreira

## **ATA NÚMERO VINTE E SETE**

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro,

reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único:** Tomada de Posse do Representante dos alunos ao Conselho Geral, do Agrupamento de Escolas de Ovar.

Mais uma vez, a tomada de posse foi adiada porque o Representante dos alunos no Conselho Geral não compareceu à reunião.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Bruno Oliveira, Manuel Silva e Josefina Ventura.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria deLurdes Ferreira

## **ATA NÚMERO VINTE E OITO**

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único:** Aprovação dos documentos elaborados pela Comissão Permanente para a Eleição do Conselho Geral e Recondução/Abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ovar, quadriénio 2017/2021 – A Presidente



informou que os documentos foram elaborados pela Comissão Permanente, seguindo a Lei e o Regulamento Interno.

Todos os documentos foram aprovados por unanimidade.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Bruno Oliveira, Manuel Silva e Josefina Ventura.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

---

Maria deLurdes Ferreira

### **ATA NÚMERO VINTE E NOVE**

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único:** Eleição da Comissão de Acompanhamento para a Recondução/ Abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ovar, quadriénio 2017/2021.

A Presidente informou que competia ao Conselho Geral definir os procedimentos para a constituição da comissão permanente a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, bem como para a designação da comissão prevista no n.º 5 do artigo 22.º do mesmo diploma, mas o Conselheiro Rui Polónia contrapôs alegando que essa escolha só poderia ser realizada após a decisão sobre a

recondução da diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar ou a Abertura de procedimento concursal. Opinião que foi partilhada pelos restantes conselheiros presentes e neste sentido, o Conselho Geral não aprovou o ponto da ordem de trabalho.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Bruno Oliveira, Manuel Silva e Josefina Ventura.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria deLurdes Ferreira

### **ATA NÚMERO TRINTA**

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único:** Tomada de Posse do Representante dos alunos ao Conselho Geral, do Agrupamento de Escolas de Ovar – O aluno Bruno Pereira do 12.º ano de Ciências Socioeconómicas tomou posse neste órgão.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Manuel Silva, Rui Polónia.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

---

Maria de Lurdes Ferreira

## ATA NÚMERO TRINTA E UM

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Decisão sobre a recondução da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar/Abertura de procedimento concursal.

**Ponto 2:** Eleição da Comissão de Acompanhamento para a Recondução/ Abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ovar, quadriénio 2017/2021.

Ponto 1: Decisão sobre a recondução da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar/Abertura de procedimento concursal – Relativamente a este ponto, ao abrigo do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, doravante designado por RAAGE, foi analisada a pertinência da recondução da Diretora para mais um mandato. Assim, a Presidente sugeriu que os conselheiros se pronunciassem sobre o trabalho desenvolvido pela Diretora, ao longo destes quatro anos, tendo em conta o seu Projeto de Intervenção. A conselheira Margarida Cardoso referiu que quando iniciou a sua representatividade neste órgão, subscrevia um projeto de intenções que não eram aquelas que mais tarde se vieram a desenvolver. Contudo, ao longo do tempo, constatou que a Diretora tem preocupações com toda a comunidade escolar, sabe de tudo o que se passa, revelando capacidades de abranger todo o Agrupamento de Escolas de Ovar. De acordo com esta conselheira, se a Diretora pretender a recondução, dever-se-á dar essa abertura. O conselheiro Guilherme Enguião realçou a capacidade técnica e de liderança da Diretora, afirmando que a mesma dá sempre respostas às necessidades das Associações de Pais. A conselheira Teresa Cruz concorda com as palavras da

conselheira Margarida Cardoso e acrescentou que a Diretora está sempre recetiva para resolver os problemas e sempre que precisa de material, este é disponibilizado. Relativamente às atividades realizadas, a mesma mencionou que há muita articulação entre o Pré-escolar e os outros ciclos e que todos fomos conquistando terreno dentro do Agrupamento. A conselheira Teresa Dias interveio, dizendo que fomos bem recebidos quando houve a fusão dos agrupamentos e que a Diretora é uma boa líder preocupando-se com o bem-estar de todos. Acrescentou ainda que, a Diretora apetrechou as escolas com material didático, aquecedores e computadores. De seguida, o conselheiro José Lopes leu o documento transcrito *“Como chegou a afirmar a senhora presidente do Conselho Geral na reunião do dia 31 de janeiro, a propósito da fase final do mandato deste Órgão e da Direção, em que realçou que seria um processo muito importante para o futuro do Agrupamento. Chegou naturalmente o momento de contribuirmos para tal!*

*Assim, mais do que nos pronunciarmos em função de um qualquer balanço, ao fim de todos estes anos ao serviço do ensino, da Escola Pública e da gestão escolar em diferentes fases da organização da rede escolar, seria importante sim, criarmos as condições para o futuro, dando oportunidade a novos protagonistas de se candidatarem e apresentarem novas ideias, métodos e organização, e assim, abrir caminhos que permitam com renovadas e redobradas energias e sinergias, corresponder aos desafios que estão colocados às comunidades escolares, educativas e locais.*

*Como é reafirmado no prefácio do documento recentemente em debate público, “Perfil dos Alunos Século XXI”, perante “a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos”, segundo Guilherme d’Oliveira Martins.*

*Pratiquemos então a democracia e fomentemos o exercício de cidadania, proporcionando condições para que haja abertura de processo concursal.*

*Como considero que tudo está ligado, recorro de novo ao referido prefácio, quando afirma, que, “o que distingue o desenvolvimento do atraso é a aprendizagem. O aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e a viver com os outros e o aprender a ser constituem elementos que devem ser vistos nas suas diversas relações e implicações”.*

*Não tenhamos medo das implicações e demos oportunidade a novas gerações de docentes de se posicionarem para o futuro deste Agrupamento, sem qualquer tipo de complexos inter-geracionais, ainda que, no respeito e reconhecimento pelo legado deixado até ao presente, por quem vêm dedicando uma vida ao serviço da causa da Escola Pública.*

*Este seria no meu ponto de vista, o melhor caminho no atual momento que vivemos na educação, e claro, no Agrupamento de Escolas de Ovar. Caso contrário acho que até este órgão de gestão, o Conselho Geral, vai ficar mais pobre.”*

Seguidamente, o conselheiro António Gonçalves mencionou que como docente, acompanhou muito de perto a atividade da Diretora. Acrescentou que, tal como, referiu o conselheiro José Lopes, a Diretora já está há muito na liderança e não considera que haja tragédia se houver mudança. Contudo, considera que as mudanças devem ocorrer, não na gestão, mas nas práticas. Neste sentido, parece-lhe que é uma mais-valia e mais seguro, alguém que tenha conhecimento técnico acumulado. Acrescentou que na transição não sentiu nenhuma diferença, pois tudo sucedeu naturalmente, verificando-se tal situação, na articulação entre ciclos. Concluiu dizendo, que se sentiria mais confortável se na gestão estivesse alguém com muita experiência, na medida em que em alguns agrupamentos, gestões mal conduzidas, levaram a práticas pouco eficientes. A este propósito, a conselheira, Ana Rodrigues, da CPCJ partilhou da opinião do conselheiro anterior, realçando o espírito jovial da Diretora e a sua capacidade de assegurar as mudanças que se avizinham. Considerou também que a Diretora mostra bastante assertividade, vontade e interesse na resolução dos problemas dos alunos. A conselheira Ana Cunha interveio, salientando que a constituição do Agrupamento é anterior ao atual mandato autárquico e afirmou que qualquer mudança implica desequilíbrios e adaptações. Acrescentou ainda que, a Câmara Municipal de Ovar procura manter uma maior proximidade com os agrupamentos e a Diretora deste Agrupamento está sempre disponível e recetiva para as iniciativas propostas. As mesmas são concretizáveis, graças à articulação entre Agrupamento/ Câmara Municipal/ União das Freguesias de Ovar que têm possibilitado a mobilização de fundos económicos em situações primordiais. Na opinião da conselheira Josefina Ventura, as palavras proferidas pelo conselheiro José Lopes fazem sentido, concordando plenamente com elas, pois estamos numa democracia. No entanto, está de acordo, em parte, com o ponto de vista do conselheiro António Gonçalves. Como pertencia a outro

Agrupamento, sentiu dificuldades em se adaptar à nova situação, tendo em conta que as realidades entre os dois agrupamentos eram muito diferentes. No entanto, referiu que a Diretora sempre manifestou preocupação em querer resolver os problemas, sendo uma pessoa muito humana.

De seguida, a Presidente elogiou a excepcional capacidade de trabalho, bem como a da resolução de situações problemáticas. Enquanto professora, independentemente de pertencer a um Departamento muito complexo, o da Educação Especial, reconhece a capacidade da Diretora se inteirar dos problemas dos alunos do referido Departamento. A conselheira Manuela Bornes referiu que, como professora do 1.º ciclo que é o “parente pobre” da educação, reconhece que nem tudo é um mar de rosas, mas que a resolução dos constrangimentos que sente no seu dia-a-dia não compete à Diretora do Agrupamento e que sempre que é pedido algo à Diretora, esta, sempre que é da sua competência, tenta responder à solicitação. Independente de tal, considera que o processo mais democrático seria o das eleições embora entenda que, neste caso concreto, não terá cabimento uma vez que nem temos conhecimento que haja outros candidatos ao cargo. Esta opinião foi corroborada por alguns conselheiros.

Após esta auscultação aos conselheiros, o Conselho Geral propôs a recondução da Diretora.

Então, procedeu-se à votação (por voto secreto) tendo dado entrada dezassete votos, catorze votos a favor e três votos contra. Assim sendo, a Diretora Maria Cecília Reis de Almeida Oliveira, irá ser informada da decisão e questionada sobre a sua disponibilidade para aceitar a recondução.

Ponto 2: Eleição da Comissão de Acompanhamento para a Recondução/ Abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ovar, quadriénio 2017/2021- A Presidente iniciou o ponto, informando o Conselho Geral do novo pedido de esclarecimento à DGAE sobre as etapas do procedimento concursal, tendo recebido o seguinte esclarecimento transcrito “Compete ao Conselho Geral definir os procedimentos para a constituição da comissão permanente a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, bem como para a designação da comissão prevista no n.º 5 do artigo 22.º do mesmo diploma”. Informação que a

Presidente já tinha referido na reunião anterior, isto é, o Conselho Geral tinha que seguir e cumprir a lei que regulamenta a Recondução/ Abertura do procedimento concursal.

Por fim, foi constituída, por unanimidade, a Comissão de Acompanhamento para a Recondução/ Abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ovar, quadriénio 2017/2021. A saber: conselheiros Cristina Costa, Filipe Faria, Guilherme Enguião, Josefina Ventura e Maria de Lurdes Ferreira.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Manuel Silva, Rui Polónia.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria de Lurdes Ferreira

## ATA NÚMERO TRINTA E DOIS

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Conhecimento da decisão da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar sobre a recondução (resposta à questão sobre a sua disponibilidade para um novo mandato).

**Ponto 2:** Cumprimento do ponto 2., do art.º 25º, do DL 137/2012.

Ponto 1: Conhecimento da decisão da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar sobre a recondução (resposta à questão sobre a sua disponibilidade para um novo mandato) – A Presidente informou que no dia vinte e um de março, deste ano letivo, recebeu formalmente a resposta da Dr.ª Cecília Oliveira, atual diretora, referente à decisão tomada em reunião do Conselho Geral, no dia 14 de março sobre questionar a mesma sobre a sua disponibilidade para aceitar a recondução. Neste âmbito, a Presidente transmitiu aos conselheiros presentes, a resposta da Diretora “ *Na sequência da comunicação datada de quinze de março sobre a auscultação sobre a minha disponibilidade para ser reconduzida para um novo mandato no cargo de Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar, cumpre-me informar que neste momento julgo ter reunidas as condições para poder aceitar a proposta esperando poder estar à altura da expectativas daqueles que me propuseram a recondução.*”

Ponto 2: Cumprimento do ponto 2., do art.º 25º, do DL 137/2012.

No segundo ponto “Cumprimento do ponto 2., do art.º 25º, do DL 137/2012” tendo em conta a resposta da Diretora do Agrupamento, Dr.ª. Cecília Oliveira, a presidente propôs a recondução da Diretora para mais um mandato.

Procedeu-se à votação (por voto secreto), tendo dado entrada quinze votos, catorze votos a favor da recondução e um voto contra. Assim sendo, foi aprovada a recondução da Diretora para mais um mandato.

De seguida, a Presidente informou que a Comissão de Acompanhamento para a Recondução/Abertura do procedimento concursal para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ovar, quadriénio 2017/2021, já calendarizou as reuniões que porventura serão necessárias para acompanhar o processo até à sua conclusão.

Não estiveram presentes na reunião, os conselheiros: António Costa, Bruno Pereira, Ana Paula Rodrigues, Manuel Silva e Cláudia Torres.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

---

Teresa Andrade/Teresa Dias

Maria de Lurdes Ferreira



